



Número: **0015522-35.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 4ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **18/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
WELLINGTON ROSA DA SILVA (AUTOR)		CARLA ROCHA LEMOS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
59475372	18/03/2020 21:23	Petição Inicial	Petição Inicial
59475378	18/03/2020 21:23	ID WELLINGTON ROSA	Documento de Identificação
59475379	18/03/2020 21:23	PROCURAÇÃO WELLINGTON ROSA	Procuração
59475377	18/03/2020 21:23	BOMBEIROS WELLINGTON ROSA	Documento de Comprovação
59475376	18/03/2020 21:23	BO WELLINGTON ROSA	Documento de Comprovação
59475375	18/03/2020 21:23	DOCS MEDICOS WELLINGTON ROSA	Documento de Comprovação
59475374	18/03/2020 21:23	DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA E DE POBREZA WELLINGTON ROSA	Outros (Documento)
59759367	25/03/2020 12:40	Despacho	Despacho
60091520	01/04/2020 07:34	Citação	Citação
60091521	01/04/2020 07:34	Intimação	Intimação
60091522	01/04/2020 07:34	Citação	Citação
65209459	24/07/2020 11:09	Contestação	Contestação
65209473	24/07/2020 11:09	2736927_CONTESTACAO_01	Petição em PDF
65209474	24/07/2020 11:09	ANEXO 1	Outros (Documento)
65209476	24/07/2020 11:09	KIT_SEGURADORA_LIDER 1	Outros (Documento)
65209479	24/07/2020 11:09	PROCURACAO_LIDER	Procuração
65209481	24/07/2020 11:09	MAPFRE DOCUMENTAÇÃO ATUAL 1	Outros (Documento)



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção A da 4ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº **0015522-35.2020.8.17.2001**

AUTOR: WELLINGTON ROSA DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

SENTENÇA

Vistos, etc.

EMENTA. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PROCEDENTE. ART. 487, I, DO CPC/2015. *A lesão decorrente de acidente automobilístico deve ser indenizada conforme a Lei nº 6194/74, quando comprovada através de laudo pericial.* .

1. RELATÓRIO.

Ação de cobrança de seguro DPVAT proposta por **WELLINGTON ROSA DA SILVA** contra **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A E OUTROS**.

A parte autora aduziu, em síntese, que em 21/11/2019 sofreu acidente de veículo do qual resultou lesões graves e debilidade permanente, por isso fazendo jus a indenização, nos termos do art. 3º da Lei nº 6.194/74. Informou que não recebeu administrativamente a quantia a que tem direito. Requerendo, ao final, o pagamento da indenização securitária no montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Acostou documentos. (Documentos pessoais, Procuração, Certidão do Corpo dos Bombeiros, Boletim de ocorrência, prontuário médico).

Despacho citatório conforme id n. 59759367.

Despacho de remessa à central de conciliação sob ID n. 9374786.

Contestação conforme ID n.65209473, alegando a parte ré: ausência de requerimento administrativo, ausência de cobertura, ausência de laudo do IML, aplicabilidade das súmulas 474 e 544 do STJ, invalidade da prova unilateral, interesse de prova pericial, juros legais e da correção monetária e honorários advocatícios.

Termo de audiência conforme id n. 65962881.



Despacho ordinatório para apresentação de réplica de acordo com id n. 65969428.

Réplica de acordo com o ID n. 66436967.

Depósito de honorários periciais, conforme extrato de ID n. 72919087.

Decisão designando perícia sob ID n. 69437135.

Laudo Pericial conforme ID n. 74748522.

2. FUNDAMENTOS.

2.1 DO FUNDAMENTO LEGAL.

Nos termos da Lei nº 6.194/74,

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de **invalidez permanente parcial incompleta**, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a **75%** (setenta e cinco por cento) **para as perdas de repercussão intensa**, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

§ 2º Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do caput deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos.

Deve o julgador, portanto, averiguar no caso concreto se a parte autora faz jus a indenização e, em caso positivo, se no “valor cheio” (inciso I) ou proporcional (inciso II) – não se olvidando do inciso III, caso se requeira indenização dessa natureza.

- A invalidez é permanente, parcial e incompleta;



- Houve “ 5º dedo da mão esquerda” (o que se percebe mediante a confrontação da tabela anexa à referida lei com o laudo de ID n 74748522, impondo-se o percentual de **10%**, (art. 3º, § 1º, II, primeira parte, c/c art. 3º, § 1º, I, ambos da Lei nº 6.194/74);
- A repercussão da lesão foi média, impondo-se o percentual de **50%**, (art. 3º, § 1º, II, segunda parte, Lei nº 6.194/74).

Assim, **R\$ 13.500,00 x 10% x 50% = R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais)**, Valor indenizatório a que faz jus a parte autora.

3. DISPOSITIVO.

Pelo exposto, julgo parcialmente procedente o pleito autoral com fulcro no art. 487, I do CPC, para condenar a demandada no valor de **R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais)**, sobre o qual deve incidir juros de mora desde a citação (súmula nº 426, STJ) e correção monetária a partir do evento danoso (súmula nº 43, STJ; AgRg no AREsp 46.024/PR, Rel. Min. SIDNEI BENETI, 3ª Turma, j. 16.2.12, DJe de 12.3.12).

Condeno a parte demandada nas custas/taxas judiciais, bem como em honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor da condenação.

Expeça-se alvará em favor do Sr. Perito.

Determino que, certificado o trânsito em julgado, proceda-se com o imediato arquivamento e baixa dos autos.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

RECIFE, 7 de outubro de 2021

Juiz(a) de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 4ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0015522-35.2020.8.17.2001
AUTOR: WELLINGTON ROSA DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A
ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **Seção A da 4ª Vara Cível da Capital**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

BENEFICIÁRIO (001): PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO - CPF: 009.226.694-06.
VALOR AUTORIZADO: R\$ 300,00 (trezentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.
DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AGÊNCIA 2717- OPERAÇÃO 040 - CONTA 01824500-8

Tudo conforme **SENTENÇA** de **ID 90101292**, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafado: "...
Expeça-se alvará em favor do Sr. Perito. Determino que, certificado o trânsito em julgado, proceda-se com o imediato arquivamento e baixa dos autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. RECIFE, 7 de outubro de 2021 Juiz(a) de Direito."
Eu, ELIANE MARIA SANTOS RODARTE ANDRADE, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé, RECIFE, 5 de novembro de 2021.

DANIELLE TAVARES DA MOTA FERNANDES

Diretoria Cível do 1º Grau
(Assinado eletronicamente)

TOMÁS ARAÚJO

Juiz(a) de Direito
(Assinado eletronicamente)

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tjpe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



Alvará impresso.
Grato.

